

PLANO DE ZEMA ESTÁ PRONTO PARA VOTAÇÃO EM PLENÁRIO

Regime de Recuperação Fiscal foi aprovado ontem na última comissão. Agora, cabe ao presidente da Assembleia definir a data em que será apreciado pelos 77 deputados

GUILHERME BERGAMINI/ALMG

BRUNO NOGUEIRA

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou ontem o projeto de lei proposto pelo governador Romeu Zema (Novo) que prevê a adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O pacote econômico estava desde meados de novembro sendo apreciado pelo colegiado e agora segue para votação em primeiro turno no plenário da Casa.

Mesmo com negociações sobre a dívida de Minas Gerais com a União, estimada em R\$ 160 bilhões, ocorrendo com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com mediação de uma proposta feita pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o governo Zema defende que o projeto do RRF seja aprovado na Assembleia. A ideia do Palácio Tiradentes é que mesmo com a aprovação do RRF seria possível suspender o regime quando a nova proposta estivesse pronta.

O projeto foi aprovado na comissão em forma do substitutivo nº5, apresentado pelo relator deputado Zé Guilherme (PP). O novo texto assegura a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, mesmo durante os nove anos de vigência da recuperação fiscal. Os parlamentares rejeitaram outras 90 emendas propostas pelo bloco de oposição.

Ainda sem data para a votação no plenário, o projeto precisa ser pautado pelo presidente da Assembleia, Tadeu Martins Leite (MDB). O deputado já se manifestou contrário ao RRF, mas a expectativa é de que a apreciação siga normalmente.

Deputados que fazem oposição ao governador defendem que o projeto seja paralisado até que o Ministério da Fazenda dê um parecer sobre a proposta de Pacheco, enquanto os governistas querem seguir o debate. Ocorre que o pacote precisa ser sancionado pelo governador até 20 de dezembro, data em que a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a suspensão do pagamento das parcelas da dívida vai vencer.

O governo de Minas pediu ajuda da Fazenda Nacional para entrar com o pedido de uma nova liminar no STF que prorrogue a suspensão do pagamento por pelo menos 120 dias. Isso porque o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), teria informado que os técnicos da pasta só vão



PROJETO ESTAVA DESDE MEADOS DE NOVEMBRO NA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, QUE SÓ ONTEM DEU SEU AVAL PARA QUE SEJA VOTADO EM PLENÁRIO

R\$ 210 BILHÕES

VALOR ESTIMADO A QUE CHEGARÁ A DÍVIDA DE MINAS APÓS NOVE ANOS DE REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

ter uma resposta para a proposta de Pacheco em março de 2024.

Por outro lado, deputados da oposição alegam que o governador não teria interesse real em negociar uma alternativa, tendo em vista que ainda não houve um pedido para que a Suprema Corte interceda no prazo. "Não tenho dúvida de que os argumentos ao longo destes debates todos que fazemos estão em torno de uma questão muito clara, que precisa ser incansavelmente repetida: é, sem dúvida nenhuma, uma proposta que não resolve a situação financeira do estado e, mais do que isso, penaliza os servidores", disse o líder da oposição, deputado Ulysses Gomes (PT).

O petista ainda frisou que é importante uma união entre os deputados da situação e oposição que são contrários ao RRF. "Nesse caso, hoje são 30 que se manifestam contrariamente a esse projeto, mas a verdade é que ainda faltam 47. Uma parte é favorável, mas a maioria que apoia o governo não quer votar esse projeto. Insistir em um desgaste, insistir em uma pressão, mostra um certo ar de intransigência do governo ao

não se dedicar na construção de uma alternativa e, sobretudo, em não parar o processo de votação", afirmou.

PROPOSTAS

O plano proposto por Zema prevê, entre outras medidas, a desestatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e a implementação de um "teto de gastos" nas despesas primárias do Estado corrigido pela inflação. Ao final de nove anos de vigência do regime, Minas, que hoje deve R\$ 160 bilhões, estaria com uma dívida de R\$ 210 bilhões.

Já a proposta de Pacheco, considerada menos danosa ao funcionalismo público, prevê a federalização das empresas Codemig, Copasa e Cemig; cessão dos créditos de Minas Gerais pelos acordos de reparação de Brumadinho e Mariana; uso do valor obtido pelo acordo de compensação pelas perdas da Lei Kandir no abatimento da dívida; e a criação de um Refis para que os estados endividados consigam descontos no pagamento das dívidas. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3